



Os processos e as lógicas da construção do imaginário da branquitude

Fernando de Oliveira dos Santos¹

SANTOS, F. de O. dos. **Os processos e as lógicas da construção do imaginário da branquitude.**

História Social, vol. 20, p. 01-09, e025002, 2025

Resenha do Livro: SCHWARCZ, Lilia Moritz.

Imagens da branquitude: a presença da ausência.

São Paulo: Companhia das letras, 2024, 432 p.

O presente livro resenhado, publicado em agosto de 2024, aborda uma instigante temática, que se insere no vigoroso e diversificado campo das relações étnico-raciais. A portentosa obra de Schwarcz dialoga e está em consonância com a crescente produção historiográfica e das ciências sociais, da época hodierna. O racismo estrutural no Brasil, enquanto fenômeno social e histórico, tem sido analisado por estudiosos de diferentes áreas e sob várias perspectivas. Nesse sentido, uma das contribuições seminais do livro é o exame acurado e peculiar do racismo mediante o conceito de branquitude. Lilia M. Schwarcz, prestigiada antropóloga e historiadora – recentemente eleita para Academia Brasileira de Letras

¹ Graduado em História pela Faculdade de Birigui-SP (2011). Especialista em História e Cultura pela Unitoledo de Araçatuba-SP (2013). Mestre em História pela Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP, 2020). Professor da Escola Estadual Prof. Ricardo Peruzzo - Birigui-SP. Autor do livro *Aspectos da luta pela cidadania negra na cidade de São Paulo (1891-1930)*. São Paulo: Editora Dialética, 2022.

(ABL) – possui ampla familiaridade com o tema, posto sua expressiva produção acadêmica.²

Logo na seção “Sobre este livro” a autora apresenta, de forma concisa, uma concepção de branquitude, tendo em vista que essa categoria será o fio condutor desenvolvido em toda obra: “*Branquitude* corresponde a um sistema internalizado de privilégios materiais e simbólicos que se ancora no passado mas exerce suas prerrogativas no presente. Tem como consequência social a manutenção de monopólios sociais e a perpetuação do poder”³. Ainda nessa breve seção evidencia seu lugar social, como pesquisadora branca, deixando entrever que o conceito de branquitude não será operacionalizado para estabelecer acusações a indivíduos, grupos ou eventos singulares. Para ela “Reconhecer a existência da branquitude, suas representações e impactos sociais é, portanto, um desafio para essa sociedade que carrega a utopia de se constituir como uma democracia plena (...)”⁴.

No primeiro capítulo “Eles que são brancos que se entendam!” a historiadora esquadrinha o conceito de branquitude, tendo como quadro referencial os autores que já o empregaram, situando suas diferentes perspectivas. Após sistematizar e analisar o modo como diversos teóricos utilizaram o conceito, Schwarcz elabora algumas premissas bastante fecundas, suscitando reflexões acerca da dinâmica do racismo. Para tanto, estabelece um paralelo entre a categoria negritude e branquitude. Segundo a autora, a negritude caracteriza-se por ser um conceito de afirmação positiva de identidade, tendo em vista que agrega interesses, subjetividades, valores, projetos em comum etc. Esses atributos possibilitam questionar os privilégios da branquitude. Em contrapartida, a branquitude não é uma

² Entre outros trabalhos ver SCHWARCZ, Lília Moritz. *Retrato em branco e negro: jornais, escravos e cidadãos em São Paulo no final do século XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987; Idem. *O espetáculo das raças: Cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

³ SCHWARCZ, Lília Moritz. *Imagens da branquitude: a presença da ausência*. São Paulo: Companhia das letras, 2024, p. 10.

⁴ Ibidem, p. 10.

identidade assumida por pessoas brancas, que via de regra, aparece como grupo neutro, não racializado, e que não reconhece seus privilégios⁵.

Desse modo, branquitude é instrumentalizada pela pesquisadora como uma categoria analítica “(...) uma ferramenta teórica que permite racializar as subjetividades brancas, revelando estratégias, hábitos, costumes, representações que resultam não só numa identidade ‘neutra’ como na naturalização de um lugar social”⁶.

No segundo capítulo “Alegorias do primitivo” a autora, mediante uma sofisticada análise imagética, examina como os povos, os territórios, a fauna e a flora do chamado “Novo Mundo” passaram a ser representados nos mapas, gravuras e desenhos, produzidos pelos europeus, a partir do início da colonização da Época Moderna. Assim, nesse escrutínio dos documentos cartográficos, revelou-se a visão eurocêntrica em diversos aspectos, como por exemplo, na maneira como o continente europeu era representado de forma centralizada e ampliada nos mapas desse período, enquanto os outros continentes eram posicionados nas bordas⁷.

Não obstante, mais elucidativa é a maneira como os povos da América, África e Ásia eram imaginados pelos cartógrafos e desenhistas europeus, já que muitos mapas eram complementados com ilustrações dos animais, das paisagens e dos grupos nativos, além dos escravizados trazidos da África. De modo geral, essas alegorias caracterizavam-se por uma complexa combinação, de fatos reais e imaginários, de desconhecimento e curiosidade. Segundo a antropóloga “Realizados, em sua franca maioria, por viajantes europeus, tais relatos e ilustrações eram marcados por muita imaginação e desconhecimento acerca dos povos supostamente representados, aglutinando estereótipos tanto físicos como morais⁸.

No terceiro capítulo, “Mapas coloniais”, a historiadora perscruta os mapas e as alegorias produzidas no mesmo contexto histórico. Ao esmiuçar várias cartas geográficas, Schwarcz indica que uma das características em

⁵ Ibidem, p. 58.

⁶ Ibidem, p. 59.

⁷ Ibidem, p. 70.

⁸ Ibidem, p. 72.

comum desses documentos, é o preenchimento dos lugares desconhecidos com ilustrações e representações oriundas do imaginário europeu vigente nesse período. A despeito do crescente aprimoramento da cartografia, que descrevia as fronteiras e regiões dos continentes, de forma cada vez mais precisa, as terras incógnitas da América, África e Ásia eram repletas de estereótipos, enquanto os europeus representavam a si mesmos como modelo de cultura e civilização. O continente asiático por vezes aparecia nesses mapas associado ao exotismo da cultura dos seus povos, o africano aos animais selvagens e à escravidão, naturalizada, enquanto o canibalismo, a preguiça e a nudez simbolizavam a América. Em síntese “E assim, dentro dessa lógica de subjetividade que se disfarça de objetividade, alegorias e desenhos naturalizaram o que não passava de imaginação, apresentando-se como um argumento suplementar para legitimar o domínio ocidental”⁹.

No quarto capítulo “Monumentos e patrimônios públicos” a autora, tendo como uma de suas referências a perspectiva de Foucault¹⁰ acerca do poder, inicia com uma esmerada análise sobre a gênese, desenvolvimento e a propagação do “mito dos bandeirantes”. A historiadora demonstra como a edificação desse imaginário ocorreu gradualmente, a partir de um contexto específico, qual seja, a ascensão econômica da elite cafeeira paulista, entre os primórdios do período republicano e até por volta de 1930. Neste processo em que buscava-se promover, também no plano simbólico e cultural, a proeminência paulista no cenário nacional, articularam-se artistas, intelectuais e instituições como a Faculdade de Direito do Largo de São Francisco, Museu Paulista e o Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo. Examinando obras como o emblemático quadro de Benedito Calixto (1903), Schwarcz revela os símbolos de poder idealizados pela elite paulista. Em geral, os bandeirantes apareciam bem trajados, como cavaleiros medievais, representando desbravadores destemidos, heróis brancos abnegados, que ajudaram a ampliar as fronteiras do “território nacional”. Todavia, o lado perverso das atividades do bandeirismo estava

⁹ Ibidem, p. 106.

¹⁰ FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*: (25. ed). São Paulo: Graal, 2012.

ausente nessas representações. A perseguição e a escravização dos nativos e africanos, as doenças que ajudaram a disseminar, os estupros de indígenas, todos esses aspectos violentos não eram evocados nas imagens¹¹.

No quinto capítulo “Branquitude e Negritude” a pesquisadora apresenta um interessante panorama acerca das características comuns dos museus ocidentais. A despeito das revisões críticas, na perspectiva *decolonial*, enveredadas por artistas e intelectuais hodiernos, é possível identificar alguns aspectos, ainda predominantes no conjunto geral das obras de arte. Conforme Schwarcz, uma das tendências refere-se ao modo como as mulheres são representadas. Nesses acervos, a visão patriarcal hegemônica pode ser apreendida nos papéis sociais a elas reservados, em geral como musas, exibindo seus corpos nus, enquanto esposas dos grupos de elite, retratadas no espaço doméstico. Além disso, “Seria possível afirmar, também, que movimento semelhante ocorreu com os corpos de pessoas negras que, quando presentes nas obras, encontram-se em geral trabalhando ou em posições subordinadas”¹².

Mais adiante a historiadora examina os quadros e fotografias em que pessoas brancas e negras aparecem na mesma cena, porém, em posições desiguais. São esquadrinhadas imagens de obras produzidas em meados do século XIX e início do XX, na Europa e especialmente na América. Nessa análise, duas aquarelas de Jean Baptiste Debret, elaboradas no Brasil durante o Primeiro Reinado, destacam-se: *Um jantar brasileiro* (1827) e também, *Uma senhora brasileira em seu lar* (1823). Essas produções são exemplos paradigmáticos, pois evidenciam o poder simbólico da branquitude, exercido tacitamente. Em ambas as obras, os escravizados (homens, mulheres e crianças) são retratados em um ambiente doméstico ordeiro e pacífico, servindo e trabalhando passivamente para seus senhores¹³.

¹¹ SCHWARCZ, *op. cit.*, pp. 138-139.

¹² Ibidem, p. 171.

¹³ Ibidem, p. 194.

No sexto capítulo “Os fantasmas das amas negras” é mantida a abordagem crítica aos documentos visuais que idealizaram a escravidão no Brasil, apresentando esse sistema de trabalho como brando, harmonioso e desprovido de conflitos. Não obstante, o escopo privilegiado da análise são as imagens acerca das “amas de leite”, principalmente o modo como eram representadas nas fotos. Conforme Schwarcz, na segunda metade do século XIX, contexto no qual a fotografia se expandia, tornando-se um dos ícones da modernidade, esse tipo de registro visual foi acolhido entusiasticamente pelas elites brasileiras, especialmente os grandes proprietários rurais, imbuídos pela expectativa de projeção social¹⁴.

Nessa conjuntura, as fotografias que exibiam cenas de crianças brancas juntas com suas amas, geralmente mulheres negras escravizadas, obtiveram grande sucesso no Brasil e no exterior, convertendo-se em uma das modalidades mais apreciadas pelas elites. A autora explicita a importância das amas para criação das crianças, consideradas “mães secundárias”. Para além de fornecer o leite, essas mulheres eram responsáveis por cuidar da alimentação, ensinar os primeiros passos e palavras, e zelar pela higiene dos seus tutelados. Contudo, nas fotografias, a despeito das roupas elegantes, as amas eram figuradas de modo exótico, sensualizado, destituídas de subjetividade, com seus nomes ausentes das legendas, na absoluta subalternidade. Segundo a historiadora, esses documentos visuais caracterizavam-se por evidenciarem aspectos ambivalentes e contraditórios. “De um lado, o testemunho da relação que as amas efetivamente criaram com suas crianças brancas. De outro, um grande mal-estar diante da patente desigualdade da circunstância, da artificialidade da cena (...)”¹⁵.

No sétimo capítulo, “O espetáculo dos sabonetes”, a historiadora adensa suas análises no tocante ao desenvolvimento do ideário científico da eugenia e do darwinismo social. Em seguida, avalia os desdobramentos dessas teorias no imaginário social brasileiro, especialmente no pós-

¹⁴ Ibidem, p. 200.

¹⁵ Ibidem, p. 206.

abolição. Schwarcz evidencia como as teorias racistas foram sendo paulatinamente acolhidas e disseminadas nos meios acadêmicos, científicos e outras instituições. Além disso, esboça um quadro acerca das concepções de intelectuais, médicos e cientistas influentes, que versaram sobre o tema e contribuíram com sua propagação no imaginário popular. Entre esses teóricos destacam-se os nomes de Nina Rodrigues, João Batista de Lacerda, Renato Kehl e Edgar Roquette-Pinto¹⁶.

Mais à frente Schwarcz destrincha propagandas de sabonetes e produtos de limpeza, elucidando outras facetas da dinâmica do racismo na sociedade brasileira. Começa com o escrutínio das propagandas europeias, notadamente as da Inglaterra da Era Vitoriana. Para tanto, dialoga com as relevantes teses e pressupostos da escritora zimbabuense Anne McClintock¹⁷. De modo geral, as imagens constantes nessas mercadorias apresentavam, implícita e explicitamente, conteúdos de teor racista, associando o sabonete ao ideal de civilização, sendo a Europa, o paradigma para os demais povos. Por isso, pessoas negras, incluindo crianças, eram representadas de forma estereotipada e em posições subalternas¹⁸.

No oitavo capítulo “O nacionalismo brasileiro tem cor” a cientista social prossegue dissecando inúmeros documentos visuais, principalmente pinturas e anúncios publicitários que tangenciam sobre a temática racial. Nessa parte do livro, a análise da branquitude é articulada com o exame de outras estruturas de dominação, como as relações de gênero e as do emergente imaginário nacionalista brasileiro. Desse modo, inicia o capítulo abordando as metáforas, alegorias e símbolos do quadro *Pátria* (1919) de Pedro Bruno. Nessa obra evidencia-se como a perspectiva elitista de construção da nação – protagonizada por homens brancos e proprietários – está entrelaçada com os papéis tradicionais atribuídos às mulheres no âmbito doméstico. Além disso, segundo Schwarcz, em muitos quadros que tematizam acerca da família e do espaço doméstico, o poder do patriarcado

¹⁶ Ibidem, p. 243.

¹⁷ MCCLINTOCK, Anne. *Couro imperial: raça, gênero e sexualidade no embate colonial*. Trad. Plínio Dentzien. Campinas, Editora da Unicamp, 2010.

¹⁸ SCHWARCZ, op. cit., p. 252.

é sinalizado, via de regra, pela ausência dos homens na cena. Sua presença é deduzida na falta que representa¹⁹.

Na última seção do livro, “Quase conclusão”, a historiadora oferece um panorama sobre as discussões em torno do “mito da democracia racial”. Schwarcz demonstra como a mestiçagem enquanto discurso que concebia positivamente a mistura de “raças” só passou a ter influência no imaginário social brasileiro a partir dos anos 1930. Até então prevalecia a concepção eugênica de que a mestiçagem seria responsável pela degeneração e atraso da população. Por conseguinte, a autora examina vários pressupostos de Gilberto Freyre, o teórico mais representativo dessa narrativa, principalmente na obra *Casa Grande e Senzala*²⁰. Conceitos como “assimilação e incorporação”, “equilíbrio dos antagonismos” e “escravidão benigna” são analisados minuciosamente. Em linha gerais, o mito da democracia racial preconizava a harmonia entre povos que compuseram a nação, a despeito dos processos de violência estabelecidos pelos colonizadores, valorizando a fecundidade das trocas culturais, não obstante suas assimetrias²¹.

Já nas duas últimas páginas do livro, Schwarcz discorre sobre sua responsabilidade e contribuição acerca do combate ao racismo, vislumbrando um futuro com mais equidade social. Porém, ela adverte “Não existem fórmulas mágicas, ou poção antirracista para mergulhar. Mas uma coisa é certa, o protagonismo negro não exime os cidadãos brancos de um banho de letramento racial”²².

Referências bibliográficas

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. (25. ed). São Paulo: Graal, 2012

FREYRE, Gilberto. *Casa-grande & Senzala*. São Paulo: Global, 2006.

¹⁹ Ibidem, p. 274.

²⁰ FREYRE, Gilberto. *Casa-grande & Senzala*. São Paulo: Global, 2006.

²¹ SCHWARCZ, *op. cit.*, pp. 336-337.

²² Ibidem, pp. 356-357.

MCCLINTOCK, Anne. *Couro imperial: raça, gênero e sexualidade no embate colonial*. Trad. Plínio Dentzien. Campinas, Editora da Unicamp, 2010.

SCHWARCZ, Lília Moritz. *Retrato em branco e negro: jornais, escravos e cidadãos em São Paulo no final do século XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

_____. *O espetáculo das raças: Cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

Recebido em: 27/01/2025

Aceito em: 15/08/2025